

PROCESSO SELETIVO - MINISTÉRIO PÚBLICO DO ACRE
EDITAL 01.2019 - GABARITO - CONHECIMENTOS ESPECIFICOS

| Questão | Disciplina | Nível | Pergunta | Alternativa A | Alternativa B | Alternativa C | Alternativa D | Alternativa Correta |
|---------|----------------------------------|----------|---|---|--|---|--|---------------------|
| 1 | Conhecimentos Básicos de Direito | Superior | Quanto à Administração Pública direta e indireta, conforme disposto na Constituição Federal de 1988, selecione a alternativa correta. | Os cargos públicos são acessíveis apenas a brasileiros. | O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, pelo período máximo de 1 ano. | As funções de confiança destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento e pesquisa. | Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo | D |
| 2 | Conhecimentos Básicos de Direito | Superior | A acumulação remunerada de cargos públicos é, em regra, vedada, mas pode ocorrer, quando houver compatibilidade de horários à de | dois cargos científicos, nos termos da lei. | um cargo de professor com outro privativo de profissional da saúde. | dois cargos de professor com outro técnico. | dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas. | D |
| 3 | Conhecimentos Básicos de Direito | Superior | No que tange à Administração Pública, estão corretas todas alternativas, EXCETO: | os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público poderão ser computados ou acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores. | é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público | a administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei. | a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público. | A |
| 4 | Conhecimentos Básicos de Direito | Superior | Selecione a alternativa correta quanto às disposições que se aplicam ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo. | Só ficará afastado de seu cargo, emprego ou função em caso de mandato eletivo federal. | Investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo. | Investido no mandato de Prefeito só será afastado se não houver compatibilidade de horário. | Em caso de afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, inclusive para promoção por merecimento. | B |
| 5 | Conhecimentos Básicos de Direito | Superior | Quanto à estabilidade do servidor público, nos termos estabelecidos na Constituição Federal de 1988, selecione a alternativa correta. | A estabilidade ocorre após 4 anos de efetivo exercício. | O servidor público estável poderá perder o cargo em virtude de sentença judicial ainda que não transitada em julgado. | Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade. | O servidor ocupante de cargo em comissão será estável após 2 anos. | C |
| 6 | Conhecimentos Básicos de Direito | Superior | Acerca da aposentadoria dos servidores públicos, conforme estabelecido constitucionalmente, analise as seguintes afirmativas: / I. A aposentadoria compulsória ocorre aos 70 anos ou 75 anos de idade, na forma de lei complementar. / II. Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime geral de Previdência Social. / III. Podem ser adotados requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria, nos termos definidos em leis complementares, aos servidores que exerçam atividades de risco. / É correto o que se afirma em | I e III, apenas. | II, apenas. | I, II e III. | I, apenas. | C |
| 7 | Conhecimentos Básicos de Direito | Superior | O Estado é uma comunidade de homens, estabelecida sobre um território, com poder superior de ação, mando e coerção. Esse conceito de Estado foi apresentado sob o aspecto | jurídico. | sociológico. | político. | administrativo. | C |
| 8 | Conhecimentos Básicos de Direito | Superior | Selecione a alternativa que apresenta corretamente um elemento do Estado. | Valor social do trabalho. | Governo soberano. | Constituição. | Bens próprios. | B |

PROCESSO SELETIVO - MINISTÉRIO PÚBLICO DO ACRE
EDITAL 01.2019 - GABARITO - CONHECIMENTOS ESPECIFICOS

| | | | | | | | | |
|----|----------------------------------|----------|---|---|--|--|---|---|
| 9 | Conhecimentos Básicos de Direito | Superior | Sobre a elaboração do Regimento Interno de um Tribunal, selecione a alternativa correta. | Deve ser feita pelo Poder Legislativo, tendo em vista que se trata de função normativa, típica desse poder. | Deve ser feita pelo Poder Judiciário, apesar de não ser sua função jurisdicional típica. | Deve ser feita pelo Poder Judiciário, o qual submeterá ao crivo do Poder Executivo, tendo em vista que se trata de atividade administrativa. | Deve ser feita pelo Poder Legislativo, o qual submeterá ao crivo do Executivo e do Judiciário, tendo em vista que são poderes harmônicos. | B |
| 10 | Conhecimentos Básicos de Direito | Superior | Observe os seguintes princípios: / I. Moralidade. / II. Impessoalidade. / III. Ampla Defesa. / IV. Segurança jurídica. / São princípios básicos e expressos da Administração Pública: | I e II, apenas. | I, II, III e IV. | I, II e III, apenas. | III e IV, apenas. | A |
| 11 | Conhecimentos Básicos de Direito | Superior | Quando a Administração Pública deseja remover certo servidor para outra localidade a fim de ajustar a quantidade de pessoal, o faz por meio de um ato administrativo. Para que esse ato válido seja eficaz, produzindo os efeitos necessários, deve respeitar o princípio | da publicidade. | da eficiência. | da proporcionalidade. | da razoabilidade. | A |
| 12 | Conhecimentos Básicos de Direito | Superior | Acerca da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, selecione a alternativa correta. | Em regra, a lei começa a vigorar em todo o país 60 dias depois de oficialmente publicada. | As correções a texto de lei já em vigor não se consideram lei nova. | A lei posterior pode revogar a anterior quando seja com ela incompatível. | A lei nova, que estabeleça disposições gerais, a par das já existentes, revoga a lei anterior. | C |
| 13 | Conhecimentos Básicos de Direito | Superior | Sobre a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, observe as seguintes afirmativas: / I. Em regra, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência. / II. Quando a lei for omissa, o juiz, em sua decisão, poderá se utilizar somente da analogia e dos princípios gerais de direito. / III. Ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece, salvo se apresentar motivo plenamente justificável. / É correto o que se afirma em | I, II e III. | II, apenas. | II e III, apenas. | I, apenas. | D |
| 14 | Conhecimentos Básicos de Direito | Superior | A respeito das leis que regulam o casamento, conforme estabelecido na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, estão corretas todas alternativas, EXCETO: | se o casamento for realizado no Brasil, as formalidades de celebração serão regidas pela lei brasileira. | se os nubentes tiverem domicílio diverso, os casos de invalidade do matrimônio serão regidos pela lei do domicílio daquele que requereu a invalidação. | o regime de bens, legal ou convencional, obedece à lei do país em que tiverem os nubentes domicílio. | em regra, o divórcio realizado no estrangeiro, se um ou ambos os cônjuges forem brasileiros, só será reconhecido no Brasil depois de 1 ano da data da sentença. | B |
| 15 | Conhecimentos Básicos de Direito | Superior | Quanto à aplicação da leis à luz da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, selecione a alternativa correta. | Para qualificar os bens, aplicar-se-á a lei do domicílio do proprietário. | Mesmo em caso de abandono, o domicílio do chefe de família estende-se ao outro cônjuge e aos filhos não emancipados. | Quando a pessoa não tiver domicílio, considerar-se-á domiciliada sempre no lugar de sua residência. | O penhor regula-se pela lei do domicílio que tiver a pessoa, em cuja posse se encontre a coisa apenhada. | D |
| 16 | Conhecimentos Básicos de Direito | Superior | Para que a sentença proferida no estrangeiro seja executada no Brasil, é necessário reunir os seguintes requisitos, EXCETO: | as partes terem sido citadas. | estar revestida das formalidades necessárias para a execução no lugar em que foi proferida. | estar traduzida por intérprete autorizado. | ter sido homologada pelo Supremo Tribunal Federal com anuência do Presidente do Senado Federal. | D |
| 17 | Conhecimentos Básicos de Direito | Superior | Sobre a diferença entre entidades públicas e órgãos públicos, observe as seguintes afirmativas: / I. O órgão público possui personalidade jurídica. / II. As entidades políticas possuem capacidade de legislar e de se auto-organizar. / III. As entidades públicas podem ser pessoas jurídicas de direito público ou privado. / É correto o que se afirma em | I, II e III. | II, apenas. | II e III, apenas. | I, apenas. | C |

PROCESSO SELETIVO - MINISTÉRIO PÚBLICO DO ACRE
EDITAL 01.2019 - GABARITO - CONHECIMENTOS ESPECIFICOS

| | | | | | | | | |
|----|----------------------------------|----------|---|--|---|---|--|---|
| 18 | Conhecimentos Básicos de Direito | Superior | Quando o Estado transfere a execução de determinado serviço público a uma pessoa jurídica de direito privado, previamente existente, conservando, porém, a titularidade do serviço, ocorre a descentralização | por colaboração. | por serviços. | territorial. | executiva. | A |
| 19 | Conhecimentos Básicos de Direito | Superior | Os órgãos públicos, pertencentes à Administração Direta, quanto à atuação funcional, que corresponde ao modo como tomam suas decisões, podem ser | jurídicos ou políticos. | singulares ou colegiados. | independentes ou subalternos. | unitários ou compostos. | B |
| 20 | Conhecimentos Básicos de Direito | Superior | Sobre as autarquias, analise as seguintes proposições: / I. Desenvolvem atividades próprias e típicas de Estado, despidas de caráter econômico. / II. São criadas por lei. / III. Podem ser federais, estaduais, distritais e municipais. / É correto o que se afirma em | I e II, apenas. | II e III, apenas | III, apenas. | I, II e III. | D |
| 21 | Conhecimentos Básicos de Direito | Superior | A pessoa jurídica de direito público, pertencente à Administração Indireta, criada por força de lei, com capacidade exclusivamente administrativa, que tem como elemento essencial um patrimônio personalizado, destinado a uma finalidade específica, de interesse público, denomina-se | Agência reguladora. | Autarquia especial. | Fundação Pública. | Consórcio Público. | C |
| 22 | Conhecimentos Básicos de Direito | Superior | São traços comuns das sociedades de economia mista e das empresas públicas, EXCETO: | possuem personalidade jurídica de direito privado. | organizam-se sempre como sociedades anônimas. | sua criação e extinção são autorizadas por lei. | estão vinculadas aos fins estabelecidos na lei instituidora. | B |
| 23 | Conhecimentos Básicos de Direito | Superior | Considerando: / I. Funcionário de uma concessionária de serviço público. / II. Jurado do tribunal do júri. / III. Mesário eleitoral. / São agentes públicos: | I, apenas. | I, II e III. | III, apenas. | II e III, apenas. | B |
| 24 | Conhecimentos Básicos de Direito | Superior | Quando um prefeito expede um decreto para contenção de despesas, faz uso do poder | reformador. | limitador. | disciplinar. | regulamentar. | D |
| 25 | Conhecimentos Básicos de Direito | Superior | Segundo a Constituição Federal de 1988, analise as seguntes proposições: / I. Assegurar a defesa nacional. / II. Exercer a classificação, para efeito indicativo, de diversões públicas e de programas de rádio e televisão. / III. Impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural /. São competências exclusivas da União: | I e II, apenas. | I e III, apenas. | I, II e III. | II, apenas. | A |